

24 OUT 1985
Noenio Spinola

As tardes de sábado têm a misteriosa capacidade de sugerir que o fim de semana pode durar mais que dura, e é certamente por isso que enfiámos ali algumas obrigações tão prosaicas quanto indesejáveis, como a de cortar o cabelo.

Foi chegando a um desses salões de corte em Ipanema que encontrei sentado à espera, com um ar tão distraído quanto astuto, o jurista e assessor do Palácio do Planalto Célio Borja. Houve aquela rápida troca de olhares e eu pensei: "Foi em Moscovo ou na Geórgia que nos vimos pela última vez? Tinha sido na Geórgia." O ex-deputado sorriu, nos cumprimentamos e ele disse: "... nos vimos na Rússia."

Foi, de fato, há muito, muito tempo. Como Correspondente do JB em Moscovo, eu acompanhei uma delegação do Congresso brasileiro, chefiada pelo deputado Flávio Marcílio, que correu a União Soviética, viu fábricas, lugares pitorescos, assistiu até a um desfile de modas em Tbilisi, com lindas e inesperadas modelos caucasianas, e passou por pequenos desconfortos, como quando um jovem parlamentar de esquerda começou a perguntar sobre o sistema de tramitação e discussão de leis em um regime de partido único.

Aquela curta conversa de espera em um salão de Ipanema deixou a impressão de que em algum lugar, nos centros de pensamento do Palácio do Planalto, investiga-se hoje o que acontece com o mundo socialista, tentando penetrar na substância e no fundo das intrincadas mudanças políticas e econômicas nas quais mergulhou, tanto no leste quanto no oeste. Quem é, por exemplo, o líder soviético Mikhail Gorbachev? (pronuncia-se Gorbachiov).

É verdade que o Brasil não adotou nem na Constituição nem em seus debates a idéia de que terminamos mergulhando em uma economia para-socialista. Mas, com toda a produção pesada de aço em mãos do Estado, quase toda a previdência social, as estradas de ferro, os portos, a energia elétrica, o petróleo, a maior parte do movimento bancário, as telecomunicações, os correios e quase todo o sistema escolar, resta muito pouco do lado de fora. Qual o nosso caráter político, afinal?

O mapa do poder europeu contemporâneo e a predominância de regimes entre social-democratas e socialistas é, assim, um campo de investigações fértil, se as coisas forem encaradas um pouco além da superfície de troca de nomes ou legendas partidárias. As democracias de primeira classe na Europa Ocidental estão devolvendo seus governos ao poder com margens muito estreitas de votos. A empolgação ideológica, portanto, parece dar lugar a aspirações pragmáticas, e talvez essa tendência tenha começado a pular com velocidade as fronteiras do Ocidente para o Oriente. Na Europa Ocidental, nenhum partido que aspire ficar ao voltar ao poder está propondo ao seu eleitorado o aumento dos controles do Estado sobre a economia. Gorbachev, com os devidos descontos, é uma leve indicação dessa tendência, embora seja ingênuo pensar que a URSS irá despir no futuro previsível o manto ideológico que ainda impressiona as nações e os intelectuais nas áreas subdesenvolvidas em redor do mundo.

O "caso" soviético ou o "caso" Gorbachev tem outras conotações. A ortodoxia comunista e a defesa do puritanismo ideológico inspiraram o Governo até a morte do ideólogo Suslov, do qual foi herdeiro direto o ex-Presidente Yuri Andropov, de curta permanência no poder. Não há indícios de perda de influência do aparelho da KGB — do qual emergiu Andropov — para a manutenção dos conceitos atuais de segurança política do Estado. O que pode estar mudando é o enfoque pragmático em relação à administração e o reconhecimento de que a economia soviética sofre de uma camuflada, porém insidiosa, inflação. Ela se traduz na baixa qualidade dos produtos industriais, que, uma vez refugados no consumo, não geram rublos para as empresas rolarem seu fluxo de caixa; estas vão pressionar o sistema bancário estatal, e a fila na hora da compra é o reflexo claro dos desajustes entre oferta e procura.

Conquanto as pesadas estruturas estatais no Brasil guardem algumas semelhanças com as empresas públicas de regimes socialistas, as diferenças são notáveis pela inexistência de um "Gosplan" aqui, isto é, um planejamento centralizado que atua desde o consumo até a oferta.

Os problemas das economias socialistas ou social-democratas contemporâneas são também muito distantes dos nossos no que se refere ao chamado "bem-estar social". Há uma clara linha demarcatória em termos de poder aquisitivo e sobretudo de desequilíbrios internos, inter-regionais e setoriais, muito mais graves aqui do que pode acontecer entre bascos e madrilenhos ou entre georgianos e moscovitas. Em resumo, colocar o mapa brasileiro sobre o mapa europeu e traçar paralelos pode dar margem a muitos erros. Mas as comparações podem ser feitas quando se colocam as máquinas políticas em funcionamento e se pesquisam os seus desdobramentos.

É certamente um indicativo de semelhança o cansaço dos socialistas com o Estado. O quadro político brasileiro, contudo, não reproduziu o que está acontecendo na Europa por peculiaridades sensíveis na base econômica dos problemas políticos. O Brasil é um país onde os Estados mais ricos cobram um imposto de exportação (ICM) dos mais pobres, enquanto dão isenção do mesmo imposto para o mesmo produto exportado para europeus ou americanos. É uma nação que está agravando os desequilíbrios na redistribuição da renda com uma inflação de 200% ao ano. E que não pode enfrentar esses problemas de frente, porque eles tocam no esquema provinciano de suporte das lideranças do PMDB. Por um paradoxo, portanto, o campo se abre para uma oposição de caráter socialista onde o Governador Leonel Brizola aparece com uma crescente margem de manobra.

O que é preciso investigar é o caráter das propostas econômicas que um novo esquema de arrumação do mapa de influências políticas terá no Brasil. Há quem diga, tomando os casos da Espanha e da França, em períodos mais recentes, que os socialistas aprenderam com rapidez a conveniência de emagrecer o Estado, para salvar a liberdade sindical, entre outras coisas. Há quem discorde. Mas inegavelmente os socialistas do ocidente europeu preferiram preservar sociedades em que o conflito civilizado se exerce e produz resultados econômicos consensuais de grande importância para a solução dos problemas domésticos.

